

LEI N. 519 DE 24 DE ABRIL DE 1855

(LEI N. 30 DE 1855)

O bacharel formado José Antonio Saraiva, Presidente da Provincia de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, decretou e eu sancionei a Resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o governo auctorisado a aposentar a Francisco Antonio das Chagas, professor publico de primeiras lettras da villa de Santo Amaro com o ordenado de 480,000 rs annuaes, uma vez que prove haver exercido as funcções do magisterio primario em dita villa por mais de 40 annos, contando-se para esse fim os 28 annos de serviço prestados na cadeia publica, e o tempo de ensino privado. Revogadas quaesquer disposições de Lei em contrario.

Mando portanto a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão intimamente como n'ella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de S. Paulo aos vinte e quatro dias do mez de Abril de mil oito centos e cincoenta e cinco.

(L. S)

JOSE' ANTONIO SARAIVA.

Francisco Martins de Almeida a fez.

Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos vinte e quatro dias do mez de Abril de mil oito centos e cincoenta e cinco.

Francisco José de Lima.

Registrada nesta Secretaria do Governo no Livro 4.º de Leis a fl. 62 em 24 de Abril de 1855.

10051002

Joaquim José de Andrade e Aquino.

LEI N. 520 DE 25 DE ABRIL DE 1855

(LEI N. 31 DE 1855)

O bacharel formado José Antonio Saraiva, Presidente da Provincia de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

TITULO I

Art. 1.º O presidente da provincia é auctorisado a despende
L. de 1855

no anno financeiro de 1.º de Julho de 1855 a 30 de Junho de 1856 a quantia de rs. 583.648\$318.

§ 1.º Com a Assembléa Provincial.

27.845\$200

a saber :

Subsidio a 36 deputados	14.515\$200
Indemnisação de jornada	2.700\$000
Ordenados aos empregados da secretaria	3.630\$000
Expediente	400\$000
Com tachigraphos e impressão das discussões	6.600\$000
	<hr/>

Pagar-se-ha ao official interino da secretaria da Assembléa a differença dos vencimentos, que lhe competem como official, desde que começou a servir este cargo ; e o mesmo se fará ao amanuense interino quanto ao ordenado de amanuense.

§ 2.º Com a Secretaria do Governo

8.500\$000

a saber :

Ordenados aos empregados, e gratificação 200\$000 ao official-maior, 100\$000 a cada um dos officiaes, e amanuenses, 100\$000 ao porteiro, e bem assim ao continuo, ficando convertido em ordenado o que recebiam a titulo de gratificação anteriormente	7.500\$000
Expediente	1.000\$000
	<hr/>

§ 3.º Com a administração e arrecadação das rendas

73.840\$000

a saber :

Vencimentos dos empregados da thesouraria e contadoria provincial, sendo mais 400\$000 ao inspector, 400\$000 ao contador, 200\$000 ao procurador fiscal ; ao official-maior da contadoria 200\$000, á cada um dos officiaes 200\$000, ao official-maior da secretaria 200\$000. a ca-

da um dos amanuenses 100\$000, ao
continuo 100\$000, ao sollicitador
160\$000, ao porteiro 100\$000,
considerados os precedentes aug-
mentos como gratificações . . . 13.210\$000

Porcentagem aos collectores pela arre-
cadação das rendas umas por outras
á 14 por cento gratificação ao solli-
citador provincial, e expediente. . . 60.680\$000

§ 4.º Com o Culto Publico. . . 9.668\$480

a saber :

Congruas a 16 coadjuutores em exerci-
cio, e guisamentos e fabricas a 86
egrejas providas de vigarios . . . 5.691\$440

Guisamentos e fabricas a 12 egrejas
vagas . . . 347\$040

Para provimentos de coadjuutores em
egrejas vagas . . . 2.000\$000

Gratificação ao mestre da capella e or-
ganista da cathedral . . . 500\$000

Ordenado ao capellão do Cubatão de
Santos . . . 360\$000

Dito ao capellão, e sachristão do colle-
gio . . . 350\$000

Com as quatro festividades em dita
egreja, e com a abertura d'uma por-
ta na mesma para passagem de S.
Jorge, e mais arranjos na procissão
de Corpus-Christi . . . 420\$000

§ 5.º Com a Força Policial . . . 116.027\$500

a saber :

Soldo aos officiaes, inferiores, praças
de pret, e outras despesas do corpo
de municipaes de permanentes. . . 116.027\$500

§ 6.º Com a Inspectoria Geral, e
sua Secretaria, e mais ramos da Ins-
trução publica . . . 117.776\$620

Fica o governo auctorizado a auxi-
liar com 1.000\$000 por anno o asylo
de meninas orphãs da Sociedade 7 de
Setembro, e quando tiver n'aquelle es-
tabelecimento 10 meninas creará uma
cadeira de primeiras lettras, que será

provida como as cadeiras publicas, na
fórma da lei.

O governo tambem poderá despen-
der até 6.000\$000 com enxoval das
educandas do Acú que se casarem, ou
forem nomeadas professoras publicas,
sendo quinhentos mil réis para cada
uma das primeiras, e 200\$000 para
cada uma das segundas.

Na dotação para os dous semina-
rios de Itú o governo deverá despende-
r até 1.000\$000, com o das educandas.

Na reforma da instrucção publica
a que o governo tem de proceder deve-
rá uniformisar o systema de ordenado
e gratificações, podendo augmentar a
despeza com este ramo de serviço com
tanto que não exceda a quantia votada
n'esta verba.

Os educandos do seminario de
Sant'Anna não serão obrigados aos tra-
balhos das officinas enquanto não com-
pletarem a idade de 12 annos.

§ 7.º Com o Jardim publico 3.000\$000

a saber :

Gratificação ao inspector	200\$000
Com o pessoal, e melhoramentos ma- teriaes, ficando elevado o ordenado do feitor á 500\$000.	2.800\$000

§ 8.º Com a vaccina 440\$000

a saber :

Gratificação ao ajudante do vaccinador da capital.	150\$000
Dita ao secretario do directorio	200\$000
Dita ao porteiro.	90\$000

§ 9.º Com a Illuminação publica 16.800\$000

a saber :

Com 200 lampiões a gaz	16.800\$000
----------------------------------	-------------

§ 10. Com a cathequese.

1.800\$000

a saber :

Com os indigenas do aldeamento de Itapeva, inclusivè a gratificação com o missionario capuchinho.	1.400\$000
Com os indigenas aldeados em Botucatu, municipio de Itapetininga	400\$000

§ 11. Com os ordenados aos aposentados

6.694\$025

§ 12. Com a divida passiva.

5.885\$592

a saber :

Pagamento á capella da Senhora d'Apparecida em Guaratinguetá	500\$000
Dito da quinta e ultima prestação ao ex-inspector da thesouraria dr. Vicente José da Costa Cabral	314\$330
Dito da terceira prestação ao dito dito dr. Miguel Archanjo Ribeiro de Castro	289\$000
Dito da quarta ao ex-thesoureiro Joaquim José dos Santos Silva.	560\$000
Dito da quarta ao ex-procurador fiscal dr. Francisco José de Azevedo Junior	316\$898
Dito a Rita de Cassia, proveniente de 2:535 carradas de pedras, que forneceu para a ponte de Sant'Anna	253\$500
Dito á D. Joaquina Maria da Conceição Sene, proveniente de gratificação que venceu seu finado marido José Bernardino de Sene pelos serviços prestados á thesouraria provincial	72\$000
Dito á camara municipal da cidade de Itú, proveniente do aluguel de dous quartos pertencentes á mesma camara, e que tem servido de cadêa. correspondente a sete annos á 4\$000 por mez	336\$000
Dito ao engenheiro civil José Porfirio de Lima, proveniente da differença do ordenado que recebeu nos mezes de Março a Junho de 1845, em conformidade da lei n. 10 de 10 de Março de 1840, e que devia ser segundo as expressas disposições das leis n. 5 de 19 de Fevereiro de 1845	

art. 1.º § 1.º e n. 10 do mesmo mez e anno ; e mais pelo que deixou de receber desde 1.º de Dezembro de 1847 até o dia 26 de Outubro de 1848, em conformidade da citada lei n. 10 de 1840	926\$653
Dito a José Romão Prestes, professor de primeiras lettras da villa da Cons- tituição, proveniente de gratificação que venceu no anno financeiro de 1853 a 1854 pelo numero de alumnos que manteve em sua aula em dito anno, além do numero marcado por lei	80\$000
Dito a Joaquim Fernandes Cantinho proveniente dos ordenados que ven- ceu em Maio e Junho de 1854 . . .	66\$670
Dito a D. Izabel Maria Pagã Fragosa, professora da cidade de Guaratingue- tá, proveniente da gratificação que venceu no anno financeiro de 1853 á 1854 pelo numero de alumnas que manteve em sua aula em dito anno, além do numero marcado por lei . .	68\$000
Dito a D. Leopoldina Carolina Pinheiro Machado, professora da villa de Ita- petininga, proveniente de gratifica- ção que venceu no anno financeiro em 1853 á 1854, pelas alumnas que frequentaram a sua aula, além do numero estabelecido por lei. . . .	104\$000
Dito a José Pereira de Azevedo de Castro, dos trabalhos da estrada de Arêas e Queluz, depois de reconhe- cida pela provincia, e liquidada pela thesouraria provincial	650\$000
Fica o governo auctorizado a pagar a camara municipal da villa de S. Se- bastião a quantia em que importa- ram os impostos d'agoardente, carne verde e subsidio litterario, arrecada- dos no anno financeiro de 1848 a 1849, e bem assim a de rs. 1.304\$701 que a dita camara allega ter fornecido por emprestimo a Bar- reira de Caragnatutuba no anno de 1833, devendo fazer-se o pagamen- to se a existencia da divida fôr reco- nhecida	1.304\$701
A Gregorio Rodrigues de Oliveira, pro- fessor interino de primeiras lettras	

de Apiaby, ordenado correspondente
ao anno de 1854 do mez de Junho,
que não recebeu por cahir em exer-
cícios findos

22\$220

Dito a professora publica da mesma
villa D. Maria Dionisia de Oliveira,
vencimento correspondente ao mez
de Junho de 1854, que tambem dei-
xou de receber

22\$220

§ 13. Com impressão dos papeis
do expediente da secretaria do governo,
da Assembléa Provincial, Balanços e or-
çamentos, relatorios e publicação dos
actos do governo que a contractará com
quem melhores condições offerecer . . .

2.400\$000

§ 14. Com sustento, vestuario,
curativo e conducção dos presos po-
bres

14.000\$000

§ 15. Gratificação aos engenhei-
ros em serviço na provincia

9.600\$000

Fica o governo auctorizado a des-
pender mais 10.000\$000 com esta
verba, deduzindo-os das quotas appli-
cadas para as estradas.

§ 16. Supprimento ás povoações
de Marinha

3.920\$200

a saber :

A camara de Santos	2.621\$400
Dita de Iguape	292\$000
Dita de S. Sebastião	329\$800
Dita de Ubatuba	527\$000
Dita de Villa Bella	100\$000
Dita de Cananéa	50\$000

§ 17. Com a Estatistica da Pro-
vincia

2.600\$000

§ 18. Com o hospicio de aliena-
dos, e toda a sua despeza, ficando ele-
vados os ordenados do administrador a
700\$000, e do escrivão a 450\$000,
e diaria aos alienados remettidos para
o hospicio de Pedro II

4.070\$000

Fica o governo auctorizado a contrac-
tar com o respectivo proprietario a
compra da casa em que se acha o
hospicio dos alienados podendo des-
pender para isso até a quantia de
4.000\$000 rs

4.000\$000

§ 19. Com a casa de correcção, ficando elevado o ordenado do administrador a 1.200\$000 rs., e do escrivão a 800\$000 rs.

9.351\$000

§ 20. Auxilio ao hospital de lazarus de Itú, sujeito as condições da lei do orçamento vigente

800\$000

§ 21. Com a escola de pintura

800\$000

§ 22. Com a importação de colonos

25.000\$000

§ 23. Com o theatro da capital

32.933\$333

a saber :

Auxilio ao mesmo na forma da lei . . . 3.000\$000

Com a construcção do noyo theatro . . . 7.933\$333

Para desapropriação do terreno e casas 22.000\$000

§ 24. Despezas eventuaes . . .

2.000\$000

§ 25. Auxilio ao hospital de caridade da cidade de Ubatuba . . .

1.500\$000

§ 26. Com obras publicas . . .

110.691\$560

a saber :

Com cadêas inclusivè 1.000\$000 para continuação das obras da cadêa de Sorocaba ; 1.000\$000 para conclusão da cadêa de Mogy das Cruzes ; 1.000\$000 para a de Santa Izabel ; 600\$000 para os concertos no telhado e enchovia da de Lorena, 400\$000 para os concertos da cadêa e casa da camara de S. Vicente ; 800\$000 para os reparos da cadêa de Casa Branca, 4.000\$000 para a continuação da da Franca ; 800\$000 para uma casa de detenção na freguezia do Embaú ; guardada quanto as mais cadêas a disposição do art. 1.º § 23, e art. 3.º da lei n. 10 de 7 de Maio de 1851 . . .

10.000\$000

Auxilio as matrizes inclusivè 1.000\$ para a de Ignape ; 800\$000 para a de Santos ; 1.000\$000 para a de S. José do Parahytinga, 1.000\$000 para a de Arêas ; 200\$000 para a de Itaquaquecetuba ; 200\$000 para a do Arujá ; 200\$000 para a de Mogy das Cruzes ; 500\$000 para a de Santo Amaro ; 500\$000 rs. para a

de Itapecerica ; 1.000.000 para a	
de Guaratinguetá ; 500.000 para a	
de Una ; 500.000 para a de S. Ro-	
que ; 500.000 para a de Botucatu ;	
500.000 para a da Piedade, muni-	
cipio de Sorocaba ; 1.000.000 para	
a de Itapetininga ; 500.000 para a	
da Conceição dos Guarulhos ; 400.000	
para a egreja da extincta aldêa de S.	
Miguel ; 1.000.000 para a egreja	
de MBoy ; 1.000.000 para a matriz	
de S. Luiz ; 600.000 para a de	
Bragança ; 500.000 para a de In-	
daiatuba ; 500.000 para a de Agua-	
Choca, 2.600.000 para a de Lore-	
na	16.500.000
Fica o governo auctorisado a despende	
para começo do lazareto de morphe-	
ticos que se estabelecer na capital na	
fôrma da lei	8.000.000
Para começo da construcção do monu-	
mento do Ypiranga na fôrma da lei.	5.000.000
Auxilio á camara da capital para reparo	
da ponte do rio Tamanduatehy. . . .	1.500.000
Auxilio á mesma camara para ultimação	
do paredão do Carmo	4.000.000
Emprestimo á camara municipal de	
Pindamonhangaba desde já para	
abastecer a cidade d'agua potavel,	
devendo a provincia ser indemnisa-	
da pela arrecadação do imposto do	
café	2.000.000
Auxilio para a camara de Itapetininga	
para desapropriação do terreno ne-	
cessario para o rocio da freguezia de	
Paranapanema	1.500.000
Para melhoramento da fonte de agua	
potavel de Itapetininga	300.000
Para começo da obra do chafariz na vil-	
la de S. Sebastião, devendo ser for-	
necido pela municipalidade o que	
faltar para conclusão da obra . . .	1.000.000
O governo fica auctorisado para	
mandar fzer desde já por um enge-	
nheiro a planta, e orçamento do dito	
chafariz da villa de S. Sebastião do en-	
canamento d'agua, e mais obras acces-	
sorias.	
Para concerto da ladeira da Tabatin-	
guera, e ponte da rua da Moóca. . .	3.000.000

Para encanamento das vertentes do tanque do Zunega, e aplanamento do largo do mesmo nome, e seu desseccamento	1.000\$000
Emprestimo á camara municipal de Taubaté para a construcção de um chafariz n'aquella cidade	3.500\$000
Para a construcção de um chafariz na villa de Bragança.	300\$000
Auxilio á camara de S. Roque para a construcção de um cemiterio.	500\$000
Auxilio á camara de Mogy das Cruzes para reparos da estrada entre esta, e a villa de Santa Izabel, e factura de uma ponte sobre o rio Paratahy na mesma estrada	600\$000
O governo fica auctorisado a mandar calçar uma das ruas desta cidade, devendo ter em vista o nivellamento da cidade, e melhor systema de calçamento que deve ser adoptado, podendo despendar com esta obra até a quantia de	20.000\$000
Para conclusão da ponte da capella do Senhor Bom Jesus de Pirapora.	7.500\$000
Fica o governo auctorisado a crear uma barreira na dita ponte, e a estabelecer uma taxa sobre o transito que deverá depois ser approvado pela Assembléa Provincial. O producto liquido desta taxa será exclusivamente applicado primeiro a reembolçar o cofre provincial pela quantia despendida na construcção da dita ponte, segundo, ao melhoramento, e costeo da estrada de S. Paulo a Constituição por Parnahyba e Cabriuva.	
Concerto das pontes, e estradas de Mogy-mirim á Franca, inclusive 700\$ rs. para se fazerem pontes nos rios do Peixe e do Eleuterio na estrada de Mogy-mirim para Ouro-fino ; 200\$ rs. para concerto da estrada entre aquella cidade e a freguezia da Penha e 800\$ rs. para uma ponte no rio Sapucahy no porto de Cantagallo estrada de Cana Verde para o Rio Grande.	3.000\$000
Para construcção da ponte sobre o rio Tieté na estrada da Penha para a Conceição dos Guarulhos.	2.491\$560

Exploração de novas estradas, e conservação das que não são dependentes de barreira, inclusive as da Marinha; 2.000\$ para exploração do rio Tie-té do salto de Itú para baixo, e 600\$ rs. para a estrada de Iguape ao Ca-para	5.600\$000
Para uma ponte sobre o rio Sorocaba na estrada entre Iguape e Xiririca .	300\$000
Para uma ponte no ribeirão da villa de Bragança	300\$000
Para continuação das obras da casa da correcção.	10.000\$000
Para construcção de uma ponte na estrada do pantano que segue de Bragança para o Amparo	800\$000
Com o cães da cidade de Santos . .	2.000\$000

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 2.º O presidente da provincia é auctorisado a encomendar para a Europa tres peças de ferro proprias para um lanço da ponte do Casqueiro afim de servirem quando essa ponte vier a soffrer desmancho que demande concerto no vigamento, podendo para esse fim despendar até a quantia de 3 060\$000 rs.

Art. 3.º Continuam em vigor os §§ 30 e 31 do art. 1.º da lei n. 18 de 2 de Maio de 1853, applicadas porém as quotas de ambos os §§ ao salto de Guanhandava.

Art. 4.º O governo fica desde já auctorisado a reformar o regulamentos concernentes a arrecadação da meia sisa dos escravos, dos bens do evento, da decima de heranças e legados, e dos direitos de sahida de generos de produção da provincia.

Art. 5.º Fica concedido a Nicoláo da Fonseca Bueno e Antonio Egydio da Cunha, fiadores do ex-collector de Ubatuba o brigadeiro Francisco de Paula Macedo o praso de oito annos para o pagamento do alcance do mesmo ex-collector na importancia de 3.375\$450 rs., passando elles lettras devidamente afiançadas por pessoas abonadas, e que for elles se obriguem solidariamente.

Art 6.º Fica o governo auctorisado a fazer a despeza necessaria com a abertura da rua em continuação da do Seminario de Educandas á ponte do Piques, e outras que forem convenientes, parallelas, ou cruzando-a da rua de S. José ao Campo dos Carros.

Art. 7.º Continúa em vigor a auctorisação dada ao governo no orçamento vigente para despendar 4:000\$ rs. com a construcção de uma ponte sobre o rio da Barra em Ubatuba.

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 8.º Ficam em vigor as disposições dos arts. 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, e 21 do orçamento vigente.

Art. 9.º Ficam revogados os artigos 11, 12, 13, da lei n. 14

de 19 de Julho de 1852, e auctorisado o governo a alterar de accordo com a casa Vergueiro e Companhia o contracto celebrado entre ambas para a introdução de colonos n'esta provincia, applicando metade da quota para este serviço ao pagamento da metade das passagens, como favor feito aos mesmos, sendo a outra metade paga por elles, ou pelos lavradores que quizerem, e descontadas em seus serviços segundo seus contractos.

Art. 10. Os augmentos de vencimentos concedidos por esta lei a empregados provinciaes são considerados gratificações.

Art. 11. Fica creado um corpo de operarios para as obras publicas da provincia, que será organizado do seguinte modo :

§ 1.º Constará de tres divisões compostas de cem operarios cada uma, e subdivididas em secções de 25 operarios, sendo todos contractados na Europa por ordem do governo.

§ 2.º Uma das secções de cada divisão poderá ser composta de officiaes, mestres d'officios mechanicos, que necessarios forem as ditas obras, segundo fôr determinado pelo governo.

§ 3.º Tambem poderão ser admittidos temporariamente como addidos as secções tantos operarios contractados no paiz, quantos forem exigidos pelos serviços a que forem applicados.

§ 4.º Cada divisão terá por chefe um engenheiro sempre que fôr possível com a gratificação de 1.800\$000 rs., e cada secção um feitor com a gratificação de 600\$000 rs. Quando o chefe da divisão não fôr engenheiro vencerá a gratificação de 1.200\$000 rs.

§ 5.º O governo destacará as divisões, ou secções do corpo para qualquer parte da provincia, onde forem reclamadas pelas necessidades das obras publicas, nomeará os apontadores, e rancheiros necessarios, e auctorisará ao chefe da divisão contractar os serventes que precisos forem.

§ 6.º O governo poderá nomear um ajudante do chefe da divisão para inspecionar, e dirigir as obras, que não forem immediatamente dirigidas pelo chefe, devendo porém aquelle ficar subordinado a este. O ajudante do chefe da divisão perceberá a gratificação de 800\$000 rs. á 1.200\$000 rs., e tambem será engenheiro sempre que fôr possível.

§ 7.º O governo poderá ceder a qualquer empreza particular, ou individuo o serviço d'uma, ou mais secções de operarios, ou fracção destas obrigando-se elle a todas as despesas a que o governo se obrigar para com os operarios.

Art. 12. O governo terá n'aquelles paizes da Europa que julgar mais convenientes um agente, á quem poderá arbitrar uma gratificação, não excedendo de 2.000\$000 rs., e que será incumbido de contractar as pessoas que devem compôr o corpo de operarios sobre as seguintes bases :

§ 1.º Os operarios terão a idade de 18 á 30 annos, e poderão trazer consigo suas familias.

§ 2.º O governo adiantará as quantias precisas para o pagamento das passagens dos operarios, e suas familias, e mais dez mil réis em moeda forte para os preparativos de viagem.

§ 3.º Os operarios, e mais familias serão sustentados e alojados gratuitamente pelo governo, desde o dia, em que desembarcarem

em qualquer porto da provincia até serem applicados ao serviço publico, o que terá lugar dentro de oito dias, e na secção da estrada mais proxima do ponto do desembarque.

§ 4.º As mulheres, e filhos dos operarios serão tambem empregados nos serviços para que tiverem aptidão arbitrando-lhes o governo um salario rasoavel de accordo com o chefe da familia.

§ 5.º Nos salarios descontar se-ha uma parte proporcional ao tempo diario, que faltarem, e mais a 5.º parte sendo esta destinada a amortisação da divida que os operarios houverem contrahido para com a provincia, ficando com direito a serem despedidos do corpo logo que aquella estiver satisfeita tendo servido durante um anno pelo menos.

§ 6.º Para suprir as baixas que se derem na fórmula do § antecedente o governo mandará vir da Europa annualmente o numero de operarios necessarios, de modo a ter o corpo sempre completo tanto quanto seja possivel.

Art. 13. Em cada divisão haverá um superintendente, a quem compete a gestão, e fiscalisação dos dinheiros publicos que forem destinados a obras da provincia, pelo seguinte modo :

§ 1.º O superintendente receberá da respectiva collectoria as quantias que forem necessarias para compra de materiaes, e feria dos operarios, segundo as ordens que o governo expedir, e mensalmente prestará contas devidamente documentadas a thesouraria que fará subir ao governo com o seu juizo a respeito.

§ 2.º Os chefes de divisão, ou de secção, que dirigirem a obra passarão ao superintendente recibo dos materiaes, ou ferramentas que lhes forem entregues, e os lançarão em livro proprio que será presente a thesouraria provincial, finda a obra, ou quando por ella fôr reclamado. Estes livros serão abertos, numerados, rubricados, e marcados na thesouraria.

§ 3.º O apontador apresentará diariamente a feria ao superintendente, ou ao agente deste, e mensalmente remetterá uma copia d'ella á thesouraria.

§ 4.º O salario será pago mensalmente aos operarios pelo superintendente, ou seu agente em presença do apontador, e um dos feitores designando-se previamente o dia do pagamento, quando as secções se acharem em pontos diversos.

§ 5.º O superintendente inspecionará pessoalmente, ou por intermedio de agentes por elle nomeados com consentimento do governo, as obras de que estiver incumbido para verificar a effectividade do serviço dos operarios, e empregos dos materiaes.

§ 6.º Os superintendentes perceberão a gratificação annual de um conto e duzentos mil réis, e poderão delegar nos seus agentes aquellas funcções que o governo permittir.

§ 7.º Os superintendentes prestarão fiança antes de entrarem em exercicio, e estarão sujeitos ás mais disposições da legislação fiscal na parte em que lhes fôr applicavel.

Art. 14. As quantias precisas para execução desta lei serão tiradas das quotas destinadas para obras publicas.

Art. 15. O governo expedirá regulamentos necessarios para o

desenvolvimento, e boa applicação das disposições dos artigos antecedentes.

TITULO II

DA RECEITA PROVINCIAL

Art. 16. Para recorrer as despesas decretadas nos artigos anteriores desta lei o presidente da provincia fará arrecadar na forma das leis e regulamentos respectivos no anno financeiro de 1.º de Julho de 1855 a 30 de Junho de 1856 os impostos abaixo declarados orçados em rs. 547.808\$100.

§ 1.º Direitos de sahida dos generos da provincia	280.000\$000
§ 2.º Imposto sobre agoas ardentes nacionaes e estrangeiras	17.000\$000
§ 3.º Imposto de 1\$500 rs. sobre rezes, e 320 rs. de subsidio litterario.	30.000\$000
§ 4.º Meia sisa de venda de escravos	50.000\$000
§ 5.º Nove e velhos direitos provinciaes.	1.500\$000
§ 6.º Decima de heranças e legados.	36.000\$000
§ 7.º Decima urbana de conventos de frades.	1.000\$000
§ 8.º Novo imposto dos animaes em Sorcaba	15.000\$000
§ 9.º Despacho d'embarcações	400\$000
§ 10. Imposto sobre leilões e casas de modas.	200\$000
§ 11. Dito sobre segos e mais vehiculos de condução	300\$000
§ 12. Cobrança da divida activa provincial	5.000\$000
§ 13. Ponte d'embarque em Santos	10.000\$000
§ 14. Novo imposto d'escravos que sahirem por mar.	1.000\$000
§ 15. Rendimento da casa da correcção	5.000\$000
§ 16. Bens do evento	500\$000
§ 17. Receita eventual.	5.000\$000
§ 18. Sobra da Barreira d'Itapetininga	89.908\$100

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art 17. Continúa em vigor a auctorisação dada ao governo da provincia pelo art. 9.º do orçamento vigente para celebração do convenio com a provincia do Rio de Janeiro acerca da arrecadação dos direitos de sahida do café de sua producção, reduzida a quota que deve ser exigida em favor desta provincia á 18 por cento da totalidade da arrecadação que se fizer na mesa provincial do consulado, e alterada quanto aos direitos do café, exportado pelo Ariró e pagos na referida meza, os quaes deverão ser exigidos na sua importancia de 45.682\$920, verificada pela thesouraria, ou na razão de 0'97 por % do café ali despachado desde 1850 á 1854, sollicitando o presidente

desta provincia a intervenção do governo imperial para solução deste negocio, e fazendo para isso chegar ao seu conhecimento todos os esclarecimentos necessarios.

Art. 18. No caso que o governo do Rio de Janeiro recuse a celebração do convenio segundo as bases estabelecidas no artigo anterior, o presidente da provincia sollicitará do governo imperial a concessão necessaria para o estabelecimento de uma Meza Provincial Paulistana no consulado da corte para o despacho de seu café, em conformidade de sua legislação, que sómente poderá ser alterada na parte regulamentar se convier a juizo do governo, ouvindo a thesauraria.

Art. 19. O presidente da provincia dará desde já todas as providencias necessarias para que se effectue a cobrança dos direitos do café em todos os registros, cujas guias não tem sido aceitas na Mesa Provincial do consulado do Rio de Janeiro.

Art. 20. Fica o governo auctorisado a vender a lavradores da provincia pelo praso que julgar conveniente, as machinas e instrumentos ruraes que o mesmo governo mandou vir em virtude de auctorisação da lei do orçamento vigente.

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 21. Fica revogada a lei n. 2 de 5 de Março de 1849 na parte em que deu ás camaras os impostos de 17600 rs. sobre as rezes, 320 rs. de subsidio litterario, e o das agoas ardentes nacionaes e estrangeiras.

Art. 22. Fica revogado o art. 1.º da lei n. 2 de 19 de Fevereiro de 1840 na parte em que isenta do pagamento dos direitos de sahida, ou dizimo, os generos exportados para paizes estrangeiros, os quaes pagarão o mesmo que pagam os que são exportados para portos do Imperio.

Art. 23. Os inventarios entre maiores que se fizerem para execução de testamento, e cobrança de decima, serão feitos no juizo da provedoria e cartorio do mesmo.

Art. 24. Fica em vigor por mais cinco annos a lei provincial n. 1.º de 6 de Fevereiro de 1845.

Art. 25. Fica extensivo aos administradores e escrivães dos registros de Sorocaba e Barreira de Itapetininga o direito de aposentadoria concedido aos empregados da secretaria do governo e contadoria provincial pela lei n. 19 do 1.º de Março de 1838.

TITULO III

DESPEZAS COM ESTRADAS QUE TEM RENDA PROPRIA

Art. 26. O presidente da provincia é auctorisado a despende no anno financeiro desta lei com as estradas em que ha barreiras as quantias abaixo declaradas na importancia de 268.891 7900.

§ 1.º Com a estrada de Santos e suas ramificações

88.500\$000

a saber :

Com a estrada da capital á Santos. . .	30 000\$000
Atterrados da nova ponte do Casqueiro . . .	10.000\$000
Alargamento da dita ponte	4.000\$000
Estrada da Capital a Campinas por Jundiahy	5.000\$000
Para a estrada de Jundiahy a Bethlém, por onde o governo julgar mais conveniente	1.000\$000
Para a estrada entre o Amparo, Bethlém, inclusivè uma ponte no rio Jaguary.	1 500\$000
Dita de Campinas á Mogy-mirim, devendo fazer-se o atalho do Jaguary na Ponte-alta, e ponte no rio Atibaia, desviando-se pela esquerda o morro chamado da Ponte-alta	7.000\$000
Dita á Constituição, por onde o governo julgar mais conveniente	5.000\$000
Dita de Jundiahy a Constituição, passando por Agua-Choca, e quanto mais perto fôr possível a freguezia de Indaiatuba, inclusivè os reparos do rancho em Agua-Choca.	2.000\$000
Dita de Campinas a Limeira e Rio Claro	3.000\$000
Dita do Franquinho a Mogy das Cruzes pelo Lageado	1.000\$000
Dita da capital a Santa Izabel por S. Miguel	1.000\$000
Para o atterrado de S. Miguel a Itaquaquecetuba	500\$000
Dita da capital a freguezia do Soccorro por Atibaia e Bragança	4.000\$000
Dita da Penha a Nazareth pela Conceição dos Guarulhos	2.000\$000
Dita da capital a Itú, Capivary, Porto-Feliz e Pirapora, sendo 2.000\$000 rs. para desviar-se os morros do Nunes ao Barro-hiry na estrada da Capital á Itú, e para o atterrado da estrada de Itú a Capivary	7.000\$000
Com a estrada de Mogy das Cruzes por Santo Angelo ao Zanzalá	4.000\$000

§ 2.º Com a estrada de Ubatuba e suas ramificações.

26.000\$000

a saber :

Com a estrada nova de S. Luiz a Ubatuba, ou com a velha, como o governo julgar mais conveniente . . .	12.000\$000
Conservação da actual estrada de Ubatuba ao Alto da Serra	2.000\$000
Dita da dita do alto da Serra a Taubaté e Pindamonhangaba por S. Luiz . . .	4.000\$000
Dita da dita do alto da Serra ao Bairro Alto	2.000\$000
Conservação da actual estrada de Taubaté e Pindamonhangaba a S. Bento. . .	6.000\$000
<hr/>	

§ 3.º Com a estrada de Caraguatatuba e suas ramificações

10.000\$000

a saber :

Com a estrada de S. Sebastião a Caraguatatuba	2.000\$000
Dita de Caraguatatuba ao Alto da Serra	3.000\$000
Dita do alto da Serra a Parahybuna . . .	1.500\$000
Dita de Parahybuna a Jacarehy	1.500\$000
Dita de Parahybuna a Caçapava	1.000\$000
Dita de Parahybuna á Jacarehy por Santa Branca	1.000\$000
<hr/>	

§ 4.º Com a estrada do Taboão de Cunha e suas ramificações

7.000\$000

a saber :

Com a estrada de S. Luiz a Cunha	1.000\$000
Dita de Guaratinguetá, Lorena e Silveiras a Cunha	3.000\$000
Dita de Cunha ao alto da Serra de Paraty . . .	3.000\$000
<hr/>	

§ 5.º Com a estrada do Ribeirão da Serra e suas ramificações.

5.000\$000

a saber :

Com a estrada desde o ponto da Cachoeira á Mambucaba	4.000\$000
Conservação de suas ramificações para Silveiras	1.000\$000
<hr/>	

§ 6.º Com a estrada do Rio da Onça e suas ramificações 7.000\$000

a saber :

Com a estrada Cezaréa até Quelez. . . 6.000\$000
Dita Silvanea. 1.000\$000

§ 7.º Com a estrada do Rio do Braço e suas ramificações 14.000\$000

a saber :

Com a estrada da Serra do Ramos. . . 6.000\$000
Dita do Ariró. 8.000\$000

§ 8.º Com as estradas do Banco d'Arêa e Figueira 70.800\$000

a saber :

Com a estrada geral desde Mogy das Cruzes até o Bananal, inclusive 500\$ rs. para uma ponte no Rio Taboão . 20.000\$000

Dita de Itaquera por Itaquaquecetuba á Jacarehy 2.000\$000

Dita de Lorena, Guaratinguetá e Arêas até a divisa com a provincia de Minas Geraes. 6.000\$000

Dita dos ditos municipios para S. Luiz e Cunha 3.000\$000

Dita de Jundiahy á Jacarehy, e Taubaté por Atibaia e Santa Izabel. . . . 3.000\$000

Dita de Santa Izabel á Jacarehy . . . 1.000\$000

Pagamento do preço porque foi contractada a construcção de uma ponte de pedra sobre o rio Parahyba na estrada da cidade de Jacarehy. . . . 32.000\$000

Com a obra da ponte no rio Bananal na estrada geral do Rio de Janeiro, com cabeceiras de pedra, e a necessaria solidez em tudo o mais 3.000\$000

Com a obra da ponte na rua do Rosario, no lugar denominado «Senhorinha» ao sahir da mesma cidade do Bananal 800\$000

§ 9.º Com a Barreira de Itape-tinga 40.091\$900

a saber :

Com a estrada da capital até a extrema da provincia no Itararé, inclusive

600 \mathbb{D} rs. desde já para a estrada do Apiahy até o porto das Mulatas na Ribeira ; 1.000 \mathbb{D} rs. com a ramificação desta estrada da villa de S. Roque a Itú, e mais 300 \mathbb{D} rs. para calçamento da rua da Cutia que serve de estrada geral	20.000 \mathbb{D} 000
Com a abertura de uma estrada entre a villa de Apiahy e a freguezia de Paranapanema, cuja picada já está aberta pelos povos	1.000 \mathbb{D} 000
Para a estrada da cidade de Itú a Jundiahy, por onde o governo julgar mais conveniente	3 000 \mathbb{D} 000
Atterrados nas cabeceiras da ponte dos Pinheiros	3.991 \mathbb{D} 900
Ao empresario da mesma ponte Marcellino Gerard, como indemnisação do lucro a que tinha direito e que deixou de perceber pela inesperada alta do salario dos trabalhadores etc.	3.000 \mathbb{D} 000
Ramificação da estrada de Sorocaba por Una, inclusivè um rancho no lugar denominado Fazenda Velha ; concerto da estrada pela Serra de S. Francisco, e da de Tatuhy a Constituição por Porto-Feliz	5.000 \mathbb{D} 000
§ 10. Ordenados aos administradores e escriptões do Registro de Sorocaba e Barreira de Itapetininga.	4.100 \mathbb{D} 000

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 27. Continúa em vigor a auctorisacão para a factura da estrada de Itapetininga, no rio Yporanga, e melhoramento da navegação do dito rio concedidos pelo art. 44 § 9. ° da lei do orçamento vigente, podendo o governo fazer as alterações que conveniente julgar no plano dessas obras ; applicar qualquer sobra de uma para outra, e gastar mais a quantia de 231 \mathbb{D} 000 rs.

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 28. As balças que forem necessarias estabelecer-se nos rios em que não houverem pontes, serão costeadas pela quota consignada para estrada respectiva.

TITULO IV

RECEITA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL

Art. 29. O presidente da provincia é auctorisado a fazer arrecar-

dar no anno financeiro desta lei as rendas das barreiras orçadas em rs. 270.000\$000.

§ 1.º	A Barreira do Cubatão de Santos	70.000\$000
§ 2.º	Dita de Ubatuba	19.000\$000
§ 3.º	Dita de Caraguatatuba	6.000\$000
§ 4.º	Dita do Banco d'Arêa e Figueira	25.000\$000
§ 5.º	Dita do Taboão de Cunha.	4.500\$000
§ 6.º	Dito do Rio do Braço e Ariró	5.500\$000
§ 7.º	Dita do Ribeirão da Serra.	2.500\$000
§ 8.º	Dita do Rio da Onça.	3.500\$000
§ 9.º	Dita de Itapetininga	130.000\$000
§ 10.	Dita de Camandocaia,	4.000\$000

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 30. Continuam em vigor os arts. 37 da lei n. 10 de 7 de Março de 1851, e arts. 35 e 36 da lei n. 14 de 19 de Julho de 1852.

Art. 31. Fica o governo auctorisado desde já a mandar construir uma ponte no Tieté, no lugar denominado «Lapa», e os atterros necessarios para servirem de estrada de Jundiahy, bem como a abrir o caminho até a estrada do O', para o que despenderá o que fôr necessario.

Art. 32. A Barreira estabelecida entre Mogy-mirim e Franca será removida para o rio Camandocaia, entre aquella cidade, e a de Campinas.

Art. 33. Fica revogado o art. 52 do orçamento vigente, e estabelecidas as taxas da Barreira de Itapetininga, em conformidade do art. 20 §§ 1.º da lei n. 10 de 7 de Maio de 1851. Esta disposição porém não importa augmento algum na taxa relativa aos animaes que passam carregados, e montados na Barreira de Itapetininga.

Art. 34. Para supprir o deficit do presente orçamento é o governo auctorisado a contrahir um emprestimo ao juro de 6 por cento sob a garantia das rendas das Barreiras logo que seja reconhecida a necessidade de suspender as despezas decretadas em consequencia de deficiencia de fundos.

Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de S. Paulo aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil oito centos e cincoenta e cinco.

(L. S.)

JOSE' ANTONIO SARAIVA.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, marcando a receita e fixando a despesa provincial para o anno financeiro do primeiro de Julho de mil oito centos e cincoenta e cin-

co á trinta de Junho de mil oito centos e cincoenta e seis na fórma acima declarada.

Para Vossa Excellencia vér

Francisco de Paula Santa Barbara a fez.

Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil oito centos e cincoenta e cinco.

Francisco José de Lima.

Registrada nesta Secretaria do Governo no livro 4.º de leis a fl. 62 v. em 25 de Abril de 1855.

Joaquim José de Andrade e Aquino.

SELO DE AUTENTICIDADE

